

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.629 - SP (2019/0340149-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CESA S/A**  
**ADVOGADOS : ROBERTO CORREA DA SILVA BLESER - MG081209**  
**JOSÉ TAVARES DA SILVA - SP354364**  
**AGRAVADO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**ADVOGADOS : ADILSON NERI PEREIRA - SP244484**  
**CLEBER IDALINO FORTES - SP314306**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15) interposto por **CESA S/A** contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 306, e-STJ):

Acidente de trânsito. Ação de indenização. Legitimidade passiva da proprietária da carreta envolvida no acidente. Verossimilhança nas alegações da autora. Correção monetária pela Tabela do TJSP. Juros a partir da citação. Honorários advocatícios minorados, diante da baixa complexidade da causa. Sentença mantida. Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 312-329, e-STJ), aponta a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 186, 406 e 927 do Código Civil; 373 e 927 do CPC/15.

Sustenta, em síntese: **a)** inexistência de responsabilidade civil, ante a ausência de prova da prática de conduta ilícita por algum preposto ou empregado da recorrente; **b)** o índice a ser aplicado para o juros de mora é a taxa selic, não sendo possível a sua cumulação com correção monetária.

Contrarrazões às fls. 349-353, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 355-357, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 360-381, e-STJ), em que a recorrente impugna a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 384-390, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar, em parte.

**1.** A insurgente aponta violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil e 373 do CPC/15, sustentando inexistência de responsabilidade civil, ante a ausência de prova da prática de conduta ilícita por algum preposto ou empregado da recorrente.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 307-309, e-STJ):

Inicialmente, afasta-se a alegação de ilegitimidade passiva da apelante. A jurisprudência tem reconhecido **a responsabilidade solidária entre o**

**proprietário do cavalo mecânico e da carreta em acidentes similares aos dos autos ante a unicidade do veículo quando em trânsito.** Nesse sentido:

(...)

Conforme dados prestados pelo segurado da autora, seu veículo estava estacionado na via quando foi abalroado pela carreta de um caminhão conduzido por Nuno José V. Heleno (fls. 24/25). A autora desistiu da ação com relação ao condutor após notícia de seu falecimento (fls. 131).

Embora a apelante alegue que o veículo que consta do boletim de ocorrência estava parado no seu pátio desde 25/02/2009 (fls. 227), o email de fls. 48 informa que o equipamento pertencia à apelante e estava alugado à terceira pessoa. **Assim, sobre a matéria, incide a Súmula 492 do STF: "A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado".**

E ainda que o dano não tenha sido causado diretamente pelo locatário, ausente impugnação específica sobre a dinâmica do acidente, a versão apresentada pela autora deve prevalecer.

Dessa forma, **com base na unicidade do veículo quando em trânsito e na teoria do risco da atividade , reconhece-se a responsabilidade da apelante para reembolsar a autora pelos danos descritos na inicial,** podendo propor ação regressiva posteriormente contra quem lhe convier. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto, afastou a alegada ilegitimidade passiva da recorrente, sob o fundamento de que há responsabilidade solidária entre o proprietário do cavalo mecânico e da carreta, com base na unicidade do veículo quando em trânsito, bem assim pela teoria do risco da atividade, ao constatar que o equipamento pertencente à recorrente estava alugado à terceira pessoa, respondendo a empresa locadora pelos danos causados pelo locador (fls. 308-309, e-STJ).

O entendimento do Tribunal de piso, ao reconhecer a responsabilidade solidária do proprietário da carreta (semirreboque), encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, segundo a qual o proprietário de semirreboque acoplado a cavalo mecânico é solidariamente responsável pelos danos decorrentes de acidente causado pelo condutor do veículo, devendo assim figurar no polo passivo da ação de indenização. A propósito, os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO CAUSADO POR CONDUTOR DE CAVALO MECÂNICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PROPRIETÁRIO DO SEMIRREBOQUE. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. CONFIRMAÇÃO PELO COLEGIADO. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL GARANTIDOR. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. INDENIZAÇÃO. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA. **1. O proprietário de semirreboque acoplado a cavalo mecânico é solidariamente responsável pelos danos decorrentes de acidente causado pelo condutor do veículo, devendo assim figurar no**

**polo passivo da ação de indenização. Precedentes.** 2. (...). 7. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1548722/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 16/04/2019)

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO CAUSADO PELO CONDUTOR DO CAVALO MECÂNICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONTRATANTE PROPRIETÁRIO DO SEMI-REBOQUE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.** (AgInt no REsp 1571571/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 25/05/2018)

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TRANSPORTADORA DONA DO CAVALO E DO CONTRATANTE PROPRIETÁRIO DO SEMIRREBOQUE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Encontrando-se o aresto hostilizado em harmonia com o entendimento desta Corte de que, na hipótese de acidente de trânsito causado pelo condutor do "cavalo mecânico", o proprietário do veículo semirreboque responde solidariamente pelos danos causados à vítima, de rigor a incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ. 2. Agravo interno a que se nega provimento.** (AgInt nos EDcl no AREsp 893.770/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 01/03/2017)

Com efeito, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, incide o teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do reclamo por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

**2.** Aponta, ainda, a insurgente violação aos artigos 406 do Código Civil e 927 do CPC/15, sustentando que o índice a ser aplicado para o juros de mora é a taxa selic, não sendo possível a sua cumulação com correção monetária.

No particular, extrai-se do julgado que o Tribunal *a quo* determinou a correção monetária dos valores a partir do desembolso, com base na Tabela do TJSP, e incidência de juros de mora a partir da citação da ré, bem assim afastou a aplicação, ao caso, da taxa Selic, nos seguintes termos (fl. 309, e-STJ):

Tratando-se de sub-rogação de direitos, o valor de R\$7.913,16 deve ser corrigido monetariamente a partir do desembolso com base na Tabela do TJSP, incidindo juros de mora a partir da citação da ré, não se aplicando ao caso a taxa Selic ou a decisão proferida no REsp 1111117/PR, que analisou matéria distinta.

No entanto, esta Corte Superior firmou jurisprudência no sentido de que, nas condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002, aplica-se a taxa Selic, que é composta de juros moratórios e de correção monetária, devendo incidir a partir do arbitramento da indenização. Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 362/STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA N. 54/STJ. TAXA SELIC. 1. (...). **3. Nas condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002, aplica-se a taxa Selic, que é composta de juros moratórios e de correção monetária, devendo incidir a partir do arbitramento da indenização.** 4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos sem efeitos modificativos. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 245.218/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 25/11/2013)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTO DE DUPLICATA JÁ PAGA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TAXA SELIC. TERMO INICIAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. **2. Os juros de mora incidem desde o evento danoso, à taxa de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do CC/2002, e pela Taxa Selic após essa data (EResp 727.842/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Corte Especial, DJe de 20/11/2008).** 3. Agravo interno provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1740851/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 26/06/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CUMULADA COM ABSTENÇÃO DE USO INDEVIDO DE MARCA. CONTRAFAÇÃO DA MARCA "INSULFILM". INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ARBITRADA NO STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULAS 54 E 362 DO STJ. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. DELIMITAÇÃO. AGRAVO PROVIDO. 1. No caso de responsabilidade extracontratual, o termo inicial dos juros de mora é a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. 2. "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula 362/STJ). **3. Na hipótese, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, e a correção monetária, a partir do arbitramento da indenização por danos morais, momento em que, ao invés de se aplicarem os dois encargos, aplica-se somente a Taxa Selic.** 4. Agravo interno provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1518445/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 10/06/2019)

Com efeito, o entendimento do Tribunal de piso, no ponto, destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema, merecendo prosperar a irresignação da

recorrente para determinar a incidência da taxa Selic sobre o valor a ser ressarcido pela recorrente.

**3.** Do exposto, conheço do agravo e, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial tão somente para determinar que os juros de mora incidentes sobre a condenação sejam calculados com base na taxa Selic, sem cumulação com outros índices de correção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator